

# CIDADANIA, DIREITOS E TERAPIA OCUPACIONAL SOCIAL\*

ROSELI ESQUERDO LOPES

## Introdução

Propor para este momento uma articulação entre “cidadania”, “direitos” e “terapia ocupacional social” se deve ao fato de tratar-se de uma reflexão central na minha trajetória a partir dos desdobramentos, na realidade concreta, do que se compreende como “necessidades sociais”, “ações técnicas” e o papel dos terapeutas ocupacionais nesse âmbito. Tomando aquilo que fundamenta “cidadania e direitos”, foi que eu, em parceria acadêmica com algumas outras colegas da área, busquei alicerçar o que definimos como a “terapia ocupacional social”.

Nesse sentido, pensei em trazer para este diálogo os percursos de buscas e de encontros que têm me possibilitado compreender as proposições na área de terapia ocupacional e desenhar a terapia ocupacional social.

## Por que articular cidadania, direitos e terapia ocupacional social

A função social do terapeuta ocupacional, pergunta onipresente para muitos de nós desde o final dos anos 1970, nos processos de formação profissional e naquilo que se tinha como espaços de práticas no Brasil, fincava-se no pressuposto da necessidade da adaptação social, não se questionando a estrutura social e suas desigualdades. A preocupação era inserir, reintegrar a pessoa ao seu meio sem que se discutissem os motivos da exclusão e as resistências à reinserção. O fracasso das tentativas de reintegração era, quase sempre, atribuído ao tipo de dificuldade do indivíduo, à sua situação de cronicidade, à atitude de sua família e, por vezes,

---

\* Conferência que integrou a Prova de Erudição do Concurso Público para o Cargo de Professor Titular na Área de Terapia Ocupacional, subárea de Terapia Ocupacional Social – Departamento de Terapia Ocupacional do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal de São Carlos, realizada em 2012.

a uma sociedade, que não era razão de alguma formulação, que o rejeitava, que não se abria às capacidades remanescentes desses indivíduos, não lhes dando as devidas oportunidades.<sup>1</sup> A compreensão das questões estruturais como agentes causais desse fracasso começará a ter lugar na conversa entre os terapeutas ocupacionais nesse período.

Decidi cursar terapia ocupacional em 1976 e fui para a Universidade de São Paulo (USP) em 1977, integrando o que Elio Gaspari, no quarto volume do seu calhamaço sobre a ditadura militar no Brasil, *A ditadura encurralada*, chama de “geração da luta pelas liberdades democráticas”. Diz ele, em um trecho que acho bastante ilustrativo do que vivi:

As passeatas juntavam dois tipos de estudantes. Na primeira categoria estavam as lideranças das organizações surgidas nas universidades e algumas centenas de seguidores. [...] Na segunda categoria estava a multidão. Eram jovens que tinham incorporado aos seus costumes algumas das bandeiras de 1968. Em menos de uma década as mulheres haviam tomado um pedaço da política e do mercado de trabalho. Todos compartilhavam com os trotskistas o refinamento cultural e o horror à ditadura e ao Partidão [partido comunista], nessa ordem. Nas assembleias estava a vanguarda de uma parte da mocidade, unida no seu desprezo pelos hábitos conservadores e pelas alianças táticas da esquerda tradicional.<sup>2</sup>

Eu fazia parte da multidão... O que importava era a liberdade individual e coletiva; a valorização dos sujeitos.

O fim da década de 1970 é caracterizado por uma ebulição política em que, no Brasil, se abre o espaço para a participação da população, que passa a se mobilizar e a discutir um grande número de questões, tendo como eixos básicos a democratização, as lutas pelos direitos de cidadania, a contestação do *status quo* vigente e o correspondente debate das alternativas à ordem econômica, social e política excludente estabelecida pelo regime militar. Organiza-se a sociedade civil em diferentes representações: os sindicatos, os movimentos populares, as instituições religiosas, as associações profissionais, os partidos políticos, começam a retomar seu espaço na cena brasileira.<sup>3</sup>

Torna-se também foco de questionamento a supressão permanente, cotidiana, dos direitos dos ‘loucos’, sua repressão autoritária nos manicômios. O tema da reforma psiquiátrica no Brasil emerge como parte do processo de libertação dos doentes mentais. Mas, para além disso, a luta contra a situação dessas pessoas nas

1 Galheigo (1997).

2 Gaspari (2004, p. 408).

3 Lopes (1999).

instituições psiquiátricas que, denunciada pela mídia, scandalizou a opinião pública, fazia parte de um sentimento mais geral de revolta contra a supressão, pela força, da vontade dos ‘mais fracos’ – não só loucos, como trabalhadores, desempregados, presos políticos e excluídos de toda ordem.<sup>4</sup>

Autores como Franco Basaglia, Felix Guattari, Robert Castel, Erwing Goffman, Michel Foucault, representantes das correntes de pensamento crítico em saúde mental, exercem grande influência entre os técnicos da área com suas elaborações teóricas e proposições práticas, das mais variadas formas. Foi emocionante assistir ao Basaglia falando na PUC-São Paulo (Pontifícia Universidade Católica), a partir de Gramsci, sobre o pessimismo da razão e o otimismo da prática (1979). Éramos, naqueles idos de 1979, particularmente otimistas.

Crescíamos profissionalmente. Foi o período do primeiro *boom* de cursos de terapia ocupacional e, via Associação de Terapeutas Ocupacionais do Brasil (ATOB), levávamos a luta pela consolidação de uma formação de qualidade, competente técnica e politicamente, através da definição de um novo currículo mínimo.<sup>5</sup>

Era uma terapia ocupacional que se profissionalizava e que passava a perceber o indivíduo em sociedade.

Era imprescindível para boa parte daquela geração conhecer o geral, os referenciais macrosociais, para poder desenhar a terapia ocupacional que se almejava, para poder compreender o papel reservado aos técnicos e especialmente aos terapeutas ocupacionais e para decidir com mais autonomia seus caminhos profissionais.<sup>6</sup> Tratava-se de se buscar um instrumento de entendimento, um referencial teórico que nos ajudasse a desvelar as contradições e possibilidades da atuação técnica. O que era transformar/viabilizar o cotidiano de pessoas para as quais a terapia ocupacional se voltava, se propunha a ‘cuidar’?

O materialismo-histórico, apreendido e recolocado por Antonio Gramsci,<sup>7</sup> me ajudou a deslindar os lugares possíveis ao técnico na consolidação do consenso hegemônico em torno da conservação dos interesses da classe social dominante ou na construção de um dissenso contra-hegemônico que buscasse transformar o ordenamento vigente.

Era um movimento de construção/desconstrução contínuo.

De nada servia um dos pilares do antigo modelo: o indivíduo biopsicossocial – indivíduo sobre o qual se deveria centrar as intervenções. Para o modelo tradicional da terapia ocupacional não existia a coletividade, grupos sociais com identidades próprias enquanto foco de atenção.<sup>8</sup> Como nos diz Sandra Galheigo, foi questionando o papel de adaptador social que o terapeuta ocupacional passou a

4 Amarante (1995).

5 Lopes (1997).

6 Id. (2004).

7 Gramsci (1977, 1987, 2002).

8 Galheigo (1997).

participar da construção do coletivo, da construção do espaço público, mesmo que ainda muito timidamente na categoria profissional de forma geral.

A conexão com outros campos de saberes foi imprescindível àqueles que tentavam oferecer caminhos de entendimento e, quiçá, de soluções para problemas/questões com as quais nos defrontávamos.

O profissional que tivesse a intenção de dialetizar seu mandato social precisaria buscar um novo modo de conceber o conhecimento e o seu saber técnico deveria constituir-se a partir das necessidades do grupo ou da população aos quais se destinava sua ação. Para alcançar a compreensão do que são essas necessidades, seria preciso reconhecer na população o verdadeiro interlocutor, portador de uma história e de um saber próprios.<sup>9</sup>

Acreditava-se que provocar uma tomada de consciência coletiva, e alargar os espaços de liberdade, potencializaria um tipo diferente de relação em que a pessoa assistida é o sujeito nos processos pessoais e sociais e reconhecido como tal.<sup>10</sup>

Dito de outro modo: O que fazer? Como fazer? Para que os sujeitos concretos com os quais nos deparávamos no nosso dia a dia profissional, os loucos, os deficientes de toda ordem, as crianças e os adolescentes vulneráveis pessoal e socialmente, os idosos pobres, fossem, ou pudessem almejar ser, sujeitos autônomos, participativos, inseridos?

Tomando-se isso como pressuposto, foi necessária a luta pela transformação dos lugares de exclusão e daí os estudos de muitos de nós, terapeutas ocupacionais, sobre o problema e os processos da institucionalização/desinstitucionalização, aliados ao empenho para a consecução de propostas inovadoras de intervenção.

Entretanto, a possibilidade dessas práticas se dava também na medida da incorporação dos grupos populacionais para os quais dirigíamos nossas ações enquanto sujeitos aos quais se devia buscar ‘cuidar’, numa perspectiva da saúde e da assistência social enquanto derivadas dos direitos do cidadão que são igualmente.

*Cidadania e políticas públicas* entram no léxico da sociedade civil brasileira, na sua interlocução com o agora democrático e de direito Estado brasileiro. Isto também para os terapeutas ocupacionais, que passam a se debruçar sobre os processos em torno da criação, invenção e construção da assistência, serviços e profissionais requeridos.

Para tanto, foram primordiais a reforma sanitária brasileira e a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a incorporação da Assistência Social no âmbito da seguridade social, com a Constituição de 1988.<sup>11</sup>

9 Barros, Ghirardi e Lopes (2002, p. 97).

10 Id. *ibid.*

11 Brasil (1988).

Saúde como um direito de todos – e todos significa todos, não a maioria, o que implica a atenção a grupos populacionais especiais. Assistência social não como caridade ou filantropia, mas sim como direito de todos os cidadãos da garantia de um mínimo social em termos de renda, bens e serviços. O acesso a essa atenção à saúde e a esses bens sociais se operacionaliza a partir da implantação de políticas sociais e de sua implementação concreta em serviços e ações, inclusive aquelas da terapia ocupacional.<sup>12</sup>

No início da década de 1990, assistiu-se a uma importante incorporação dos terapeutas ocupacionais em serviços sociais, com destaque para os de saúde e para aqueles ligados à infância e juventude, nos municípios brasileiros que adotaram como diretriz a implantação dos preceitos constitucionais.<sup>13</sup>

Pode-se dizer que o Brasil chegava, com mais de quarenta anos de atraso, àquilo que foi vivido no pós-guerra nos países mais centrais da economia mundial. Trabalho e capital no bojo das lutas pela constituição e pelo acesso ao fundo público do Estado.

Assim, esses conceitos, estratégias e processos foram submetidos ao escrutínio da sociedade civil brasileira e, também, entre os terapeutas ocupacionais.

## **Estado capitalista e políticas sociais**

Defrontávamo-nos e continuamos nos defrontando, em vários momentos e espaços, com certa visão de políticas públicas, especialmente as sociais, que imediatamente nos remete a uma concepção de política ‘reparadora’, ‘de ampliação de acesso’, que interferiria no campo das desigualdades e divisões sociais e cuja aplicação provocaria transformações sociais e criaria um mundo melhor.

Propomos a definição desse conceito com base em um referencial teórico e histórico, dentro de uma concepção materialista que parametrize o contexto geral do Estado capitalista democrático no qual se insere a problemática das políticas sociais.

Uma das questões centrais e sempre atual na análise do Estado contemporâneo é a que se refere à compreensão da gênese das políticas públicas – no nosso caso, com maior foco, das políticas sociais – a partir das estruturas econômicas e político-institucionais existentes. No Estado capitalista, baseado na valorização privada do capital e na venda do trabalho enquanto forma-mercadoria, em que essas estruturas têm intrinsecamente caráter classista, quais são as funções que competem àquelas políticas? Quais são os limites objetivos a que estão sujeitas, dentro do leque de elasticidade paradigmático do Estado capitalista, sejam quais forem os atores situados à frente deste? Quais são, portanto, as ações possíveis nesse contexto e em que medida são estas definidoras de mudanças observáveis e estáveis? Como

12 Oliver (1990), Lopes (1999).

13 Lopes (1999).

inserir nesta análise os temas da cidadania, das transformações sociais, no sentido da construção de um mundo socialmente menos injusto?

Os Estados capitalistas democráticos podem ser entendidos como formas institucionais de poder público que, em sua relação com a produção material, se caracterizam basicamente por três determinações funcionais: privatização da produção, dependência estrutural do processo de acumulação e legitimação democrática.

Esse Estado está submetido à dupla determinação do poder político: do ponto de vista do conteúdo é determinado pelo desenvolvimento e requisitos do processo de acumulação; já enquanto forma institucional está sujeito às regras do governo democrático-representativo, através do mecanismo de eleições periódicas.

Assim, as *políticas do Estado capitalista* podem ser definidas como o conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem constantemente o acordo e a compatibilidade entre as determinações estruturais desse Estado. Entretanto, sua estratégia geral de ação consiste em criar as condições segundo as quais cada cidadão seja incluído nas relações de troca.<sup>14</sup>

Esta definição indica a estratégia que deve parametrizar a concepção daquelas políticas para que se cumpram as determinações do Estado capitalista, até como condição da continuidade de sua existência. Portanto, os dirigentes eleitos terão que governar dentro dos limites de autopreservação do sistema. Para muito além disso, contudo, as políticas emanadas do Executivo terão que ser articuladas e implementadas dentro e a partir do sistema de instituições políticas do Estado que, possuindo, em princípio, grande estabilidade temporal, é o guardião mais interno e eficaz do *status quo*. Em sua estrutura interna deveremos, em consequência, buscar os elementos que, ao exercer um poder de filtragem, impedindo a efetiva concretização de eventos potencialmente nocivos à continuidade do processo de acumulação, possam assegurar que apenas serão executadas estratégias que o preservem, garantindo, ao mesmo tempo, o equacionamento dos seguintes três problemas: a integração dos interesses resultantes do processo de valorização, isto é, a conciliação das arestas internas entre os vários setores do capital, inerentes à própria lógica de competição, com o estabelecimento de um denominador comum global; a proteção do capital contra interesses e conflitos anticapitalistas; a ocultação destas duas ações, pois são necessários, nos processos de legitimação democrática, os votos dos indivíduos de todas as classes sociais.<sup>15</sup>

Já as *políticas sociais* do Estado capitalista são definidas como um caso particular das políticas públicas: são aquelas relações e estratégias organizadas que visam criar as condições para que os proprietários da força de trabalho sejam incluídos nas relações de troca. Para ampliar as políticas sociais, são necessárias inovações sociopolíticas: mudanças adotadas na forma de gerar, financiar e distribuir

---

14 Offe e Ronge (1984).

15 Offe (1984).

as prestações de serviços sociais pelos gestores do Estado, conciliando as exigências admitidas e as necessidades humanas já sancionadas.<sup>16</sup>

Então, do ponto de vista da dominação no Estado capitalista, as classes sociais agem sobre um sistema de instituições políticas que delineia o universo dos eventos potencialmente realizáveis. Em consequência, as ações dessas classes delimitam, ao refletirem a resultante da correlação de forças entre os vários segmentos do capital e entre o capital como um todo, o trabalho e os demais atores sociais, em que região – entre as estruturalmente permitidas – se dará o equilíbrio dinâmico do sistema, em dado momento e conjuntura.

A questão social tem sua gênese na forma como as pessoas se organizam para produzir numa determinada sociedade e num contexto histórico dado, e essa organização tem sua expressão na esfera da reprodução social, ou seja, a questão social está determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração. Sem ferir de morte os dispositivos exploradores do regime, toda luta contra suas manifestações sociopolíticas e humanas, a questão social, está condenada a enfrentar sintomas, consequências e efeitos.<sup>17</sup> Todavia não achamos pouco enfrentá-los e nesse espaço buscamos, também, nos mover.

Importa analisar a questão social como questão política, econômica, social e ideológica que remete a uma determinada correlação de forças entre diferentes classes, inserida no contexto mais amplo do movimento social de luta pela hegemonia.

Determinados momentos são mais favoráveis à expressão das demandas do trabalho e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento por parte do capital e do Estado, exigindo outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão. E isso se dá, dentro dos limites da sociedade capitalista, pela via da *cidadania* e dos *direitos sociais*.

## Cidadania

### Em torno do conceito de cidadania

Na última década do século XX, assistimos, em todo o mundo, à multiplicação dos estudos sobre o tema da cidadania, em um grande esforço analítico para enriquecer a abordagem conceitual da noção de cidadania.

Thomas Janoski, em *Cidadania e Sociedade Civil*,<sup>18</sup> destaca três vertentes teóricas que se ocupam de fenômenos relacionados à cidadania: a teoria de Marshall sobre os direitos de cidadania, a abordagem de Durkheim, já antevista em Tocqueville, a respeito da cultura cívica e a teoria marxista/gramsciana acerca da sociedade civil.

16 Offe e Lenhardt (1984).

17 Netto (2001).

18 Janoski (1998).

O conceito de cidadania enquanto o direito a ter direitos, dentre várias perspectivas de abordagem, tem como referência clássica aquela feita em 1949 por Thomas Marshall, propondo a primeira teoria sociológica de cidadania ao desenvolver os direitos e as obrigações inerentes à condição de cidadão.

Centrado na realidade britânica da época, que colocava de modo importante o conflito entre capitalismo e igualdade, estabeleceu uma tipologia dos direitos de cidadania, a saber: os direitos civis, conquistados no século XVIII, os direitos políticos, alcançados no século XIX, e os direitos sociais, conquistados no século XX.<sup>19</sup> Posteriormente, autores diversos analisaram suas realidades nacionais valendo-se dessa concepção, acrescentando nuances teóricas.

Com base nos estudos de Vieira, na obra *Os argonautas da cidadania*,<sup>20</sup> apresentaremos a seguir uma síntese sobre o tema.

Para as teorias durkheimianas, a cidadania não se restringe àquela sancionada por lei e tem na virtude cívica seu aspecto central. Em decorrência, abre-se espaço para que, na esfera pública, grupos voluntários, privados, sem fins lucrativos, formem a sociedade civil.

As teorias marxistas, por sua vez, enfatizam a reconstituição da sociedade civil – ideia já ventilada por Hegel, retomada por Marx e significativamente revisitada por Gramsci. Este vai operar uma mudança paradigmática com sua visão tripartite: Estado, mercado e sociedade civil, uma vez que para Hegel e Marx a sociedade civil abrangia todas as organizações e atividades fora do Estado, inclusive as atividades econômicas das empresas.

A atual referência à sociedade civil traz o viés gramsciano de proteção contra os abusos estatais e do mercado. Isto poderia, para alguns autores, ser entendido como uma intermediação entre o enfoque estatal adotado por Marshall e o enfoque da virtude cívica centrada na sociedade, a partir de Durkheim.

Buscando outras linhas teóricas para melhor compreender a cidadania, é interessante apontar que a cidadania não constitui ideia central nas ciências sociais.<sup>21</sup> Tratando dos atributos do termo, Janoski,<sup>22</sup> no que define como perspectiva sociológica, vai dizer que a cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos a um Estado-nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade.

Por *pertença* a um Estado-nação entende-se o estabelecimento de uma personalidade em um território geográfico. Historicamente, a cidadania foi concedida a restritos grupos de elite – homens ricos de Atenas, barões ingleses do século XVIII – e só posteriormente estendida a uma grande porção de residentes de um país. Haveria assim duas possibilidades de pertença: uma que define como um não cidadão, nos limites do Estado, adquire direitos e reconhecimento como cidadão (grupos

---

19 Marshall (1967).

20 Vieira (2001).

21 Id. *ibid.*

22 Janoski (1998).



estigmatizados por etnia, gênero, classe) e outra que estabelece como estrangeiros obtêm entrada e naturalização de forma a conquistar a cidadania.

Quanto ao segundo elemento da definição – distinção entre direitos e deveres ativos e passivos –, pode-se dizer que a cidadania é constituída tanto por direitos passivos de existência, legalmente determinados, como por direitos ativos que propiciam a capacidade presente e futura de influenciar o poder político.

A terceira marcação da definição exclui o caráter informal ou particularista dos direitos da cidadania, que necessariamente devem ser direitos universais promulgados em lei e garantidos a todos. Pessoas e coletividades podem possuir seus próprios imperativos morais, costumes ou direitos específicos, mas estes só se tornarão direitos de cidadania se forem universalmente aplicados e garantidos pelo Estado.

O quarto elemento refere a ideia de que a cidadania é uma afirmação de igualdade, equilibrando-se direitos e deveres dentro de certos limites. A igualdade é formal, garantindo-se a possibilidade de acesso aos tribunais. Não se trata de uma igualdade completa, mas em geral garante-se aumento nos direitos dos subordinados em relação às elites dominantes.

Os direitos e obrigações de cidadania existem quando o Estado valida as normas da cidadania e adota medidas para implementá-las. Nessa visão, os processos de cidadania – luta por poder entre grupos e classes – não são necessariamente direitos de cidadania, mas constituem variáveis independentes para sua formação. Ou seja, tais processos seriam partes constitutivas da teoria, mas não do conceito definidor da cidadania.

A cidadania concerne, desse modo, à relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e deveres.

Teorias que se voltam para o tema da sociedade civil, preocupadas com as instituições mediadoras entre cidadão e Estado, adicionam à compreensão dessa relação uma gama variada de possibilidades.<sup>23</sup>

A *sociedade civil* se consiste principalmente na esfera pública, onde associações e organizações se engajam em debates, de forma que a maior parte das lutas pela cidadania é realizada em seu âmbito por meio de interesses de grupos sociais; embora, a sociedade civil não possa constituir o *locus* dos direitos da cidadania, por não se tratar de esfera estatal, que assegura proteção oficial mediante sanções legais.<sup>24</sup>

Na busca da relação entre sociedade civil e cidadania, é preciso que se discuta teoria política e realidade empírica.

O *liberalismo*, dominante em países industrializados anglo-saxões, com ênfase no indivíduo, propõe que a maioria dos direitos envolve liberdades inerentes a cada e toda pessoa; não obstante poucas obrigações (impostos, serviço militar), são pontos centrais as liberdades civis e os direitos de propriedade. Os direitos individuais são vitais. Já os direitos sociais ou os pertencentes a grupos representam a

23 Vieira (2001).

24 Id. *ibid.*

violação aos princípios liberais. A relação entre direitos e deveres é essencialmente contratual, trazendo em si uma forte carga de reciprocidade: a cada direito corresponde em geral uma obrigação.

O *comunitarismo* prioriza a comunidade, sociedade, nação, invocando a solidariedade e o senso de destino comum como pedra de toque da coesão social. A sociedade sustenta-se pela ação e apoio dos grupos, de modo contrário ao individualismo liberal. Seu principal objetivo consiste em construir uma comunidade baseada em valores centrais, como identidade comum, solidariedade, participação e integração. De tal modo, as obrigações se tornam predominantes frente aos direitos. Nessa perspectiva, crítica ao liberalismo, o declínio da solidariedade entre os cidadãos e a ausência de destino comum estariam na raiz dos grandes males da modernidade. Os comunitaristas conferem à cidadania o caráter de virtude. Na visão liberal, a cidadania é um acessório, não um valor em si mesmo. Na visão comunitarista, os indivíduos são membros de unidades maiores do que si mesmos, como a comunidade política – unidade social e espaço para o exercício da virtude da participação. A cidadania seria então fundamentalmente uma atividade, uma prática e não, como sustentam os liberais, um *status* de pertença.

A teoria de *democracia expansiva*<sup>25</sup> seria uma terceira via. Preconiza a expansão dos direitos individuais ou coletivos a sujeitos historicamente discriminados, notadamente por sua classe, gênero ou etnia, reivindicando o aumento da participação coletiva nas decisões e uma maior interação entre instituições e cidadão. Apesar de partilhar a crítica à centralização liberal do indivíduo, enfatiza o direito de participação, resistindo em aceitar o papel secundário delegado aos direitos como na perspectiva comunitarista. Reivindica-se um equilíbrio entre direitos individuais, de grupo e obrigações, resultando num sistema identitário construído a partir da noção do indivíduo enquanto participante das atividades da comunidade.

Já em 1949, Marshall vislumbrava a cidadania como verdadeiro elemento de mudança social, no contexto da realidade industrial e a correlata experiência do *Welfare State* no pós-guerra.

A expansão dos direitos corresponderia primeiramente ao fortalecimento de direitos previamente adquiridos e também à incorporação de novos grupos ao Estado. A base territorial da cidadania transformou-se historicamente passando da *pólis* grega ao Império romano, deste à cidade medieval e finalmente ao Estado moderno. O processo de centralização do qual o Estado é produto corresponde à expansão da forma local para a forma institucional da cidadania.

Desse ponto de vista, a expansão dos direitos é parte de um processo de democratização, entendida como aquisição pelas classes populares dos direitos originalmente criados pela e para as elites.

Três gerações de direitos de cidadania podem, assim, ser descritos: civis, políticos e sociais, como há pouco colocado. Primeiramente os direitos civis, correspondendo aos direitos necessários ao exercício das liberdades, depois os direitos

---

25 Janoski (1998).

políticos, consagrados no século XIX, os quais garantem a participação, tanto ativa quanto passiva, no processo político, e, finalmente, já no século XX, os direitos sociais de cidadania, correspondentes à aquisição de um padrão mínimo de bem-estar e de segurança sociais que deve prevalecer na sociedade.

É necessário, entretanto, evitar o equívoco recorrente de equiparar os direitos do *Welfare* com a cidadania social, pois os primeiros baseiam-se em meios e destacam indivíduos vulneráveis que necessitam de proteção, a cidadania social é universal e adquirida como direito pelo fato de se pertencer à comunidade.<sup>26</sup>

Considerando o conflito da expansão cumulativa de direitos, Marshall<sup>27</sup> direciona sua atenção ao antagonismo existente entre direitos civis, os quais consagram a proteção do indivíduo frente ao Estado, e os direitos sociais, que devem garantir o direito de uma renda real, por meio de benefícios assegurados pelo Estado. Assim, a cidadania social colide com as condições do capitalismo e seu exercício gera conflito.

Marshall conclui que a cidadania social e o capitalismo estão em guerra, mas argumenta que a cidadania e classe social são compatíveis na sociedade capitalista democrática na medida em que a cidadania se tornou a arquiteta da desigualdade social legitimada. Tal ambiguidade ecoará fortemente no debate das décadas posteriores entre marxistas e social-democratas.

Estudos empíricos demonstram a multiplicidade de relações entre diferentes tipos de direitos em diversas formas de organização social.

Em contraste com o modelo linear evolucionista traçado por Marshall, pode-se dizer que nos Estados Unidos da América a tradicional luta pelos direitos civis obistou o crescimento dos direitos sociais de cidadania. O fascismo e o comunismo apresentaram-se como forma de conquista social em detrimento dos direitos civis e políticos. A vertente social-democrata também foi criticada por deixar lacunas na crítica à perspectiva liberal, tendo restringido seu olhar apenas à classe trabalhadora, em detrimento de outros conflitos, como os de gênero, étnicos, nacionalistas etc.<sup>28</sup>

## Múltiplas cidadanias

Diante desse quadro, a preocupação contemporânea direciona-se fundamentalmente para a busca de compatibilizar a existência de diversas possibilidades e gradações de cidadania: a vida em pequenas comunidades, a reformulação da cidadania no Estado-nação ou em nível global.

A cidadania, no âmbito desse esforço coletivo, não pode mais ser vista como um conjunto de direitos formais, mas sim como modo de incorporação de indivíduos e grupos ao contexto social. No intuito de solucionar a relação conflituosa entre as múltiplas tradições da cidadania, baseadas em *status*, participação e identidade, alguns

---

26 Vieira (2001).

27 Marshall (1967).

28 Vieira (2001).

autores pretendem formular um complexo sistema, com o acesso a direitos garantidos por instituições locais, nacionais e transnacionais.<sup>29</sup>

Destacam-se duas abordagens principais. Uma, a partir de Iris Young,<sup>30</sup> refere a necessidade da institucionalização de cidadanias múltiplas de forma a assegurar justiça e equidade. É preciso que se concretizem os direitos em relação a grupos sociais, uma vez que, sob os auspícios da universalidade, a exclusão sempre existiu e continuará existindo: a igualdade formal, ironicamente, cria desigualdade substantiva. Coloca-se, especificamente, a questão de grupos oprimidos no contexto norte-americano (afrodescendentes, mulheres, 'chicanos', indígenas, homossexuais, idosos, pobres, pessoas com deficiência).

Endossa-se assim a proposta de cidadania diferenciada de Will Kymlicka,<sup>31</sup> para quem direitos não devem ser garantidos somente a indivíduos, mas também a grupos. O objetivo do critério identitário, como no caso específico de imigrantes, não consiste em um movimento de autoexclusão do corpo social, mas antes de garantir sua inclusão, mantendo-se o respeito por sua cultura. Propõe-se a extensão do esquema linear de Marshall: a garantia de uma quarta geração de direitos – os direitos culturais de cidadania.

Na segunda, alternativa de Michael Walzer,<sup>32</sup> o centro desta diversidade de cidadanias reside precisamente em uma delas: a política. É clara sua admiração pela tradição grega, na qual a participação política assume a mais alta forma de humanidade como princípio de incorporação e unidade social. Explora ainda o conceito de sociedade civil como arena de enfrentamento: enquanto a cidadania é a base da unidade social, a sociedade civil, ao permitir o enfrentamento crítico de diversas reivindicações sociais, desempenha sua tarefa clássica de gerar civilidade. O respeito à diversidade e ao pluralismo social deve ser parte integrante do discurso da cidadania.

## Os desafios da cidadania e a articulação de direitos

Há um renovado interesse pela cidadania neste início de século XXI. O conceito de cidadania parece integrar noções centrais de filosofia política, como os reclamos de justiça e participação política. Cidadania, todavia, vincula-se intimamente à ideia de direitos individuais e pertença a uma comunidade particular.

Os inúmeros trabalhos da década de 1990 parecem apontar na direção de uma teoria da cidadania. Não existe, até o momento, uma teoria da cidadania, mas importantes contribuições teóricas já foram dadas a respeito da tensão entre os

---

29 Id. *ibid.*

30 Shafir (1998).

31 Kymlicka (1996).

32 Walzer (1992).

diversos elementos que compõem o conceito cidadania, esclarecendo as razões de sua atualidade.<sup>33</sup>

Duas interpretações se enfrentam nesse âmbito. Na primeira, o papel do cidadão é visto de forma individualista e instrumental, segundo a tradição liberal iniciada por Locke. Os indivíduos são considerados pessoas privadas, externos ao Estado e seus interesses são pré-políticos. Na segunda versão prevalece uma concepção comunitarista oriunda da tradição da filosofia política de Aristóteles, com a proposição de uma cidadania ativa. Os indivíduos são integrados numa comunidade política e sua identidade pessoal é função das tradições e instituições comuns.

São dois modelos: o primeiro baseado nos direitos individuais e no tratamento igual; o segundo define a participação no autogoverno como essência da liberdade, componente essencial da cidadania. Haveria uma cidadania passiva, a partir ‘de cima’, via Estado, e uma cidadania ativa, a partir ‘de baixo’. Haveria, assim, a cidadania conservadora – passiva e privada – e outra revolucionária – ativa e pública.

É desse lugar que advogamos o contexto da cidadania e dos direitos, da ampliação da igualdade e o reconhecimento das diferenças como pressupostos para uma terapia ocupacional social, ou cidadania e direitos como eixo.<sup>34</sup>

## **A terapia ocupacional na política social**

Como dissemos anteriormente, no início da década de 1990 assistiu-se a uma importante incorporação dos terapeutas ocupacionais em serviços sociais nos municípios brasileiros que adotaram como diretriz a implantação dos preceitos constitucionais.

Naquele momento já era uma outra geração de terapeutas ocupacionais que poderia assumir os encaminhamentos dessas proposições. Uma geração formada por aquelas primeiras que traziam, para seus cursos teóricos e práticos, conteúdos que se dedicavam à compreensão mais geral da sociedade brasileira, à discussão do papel do técnico na concepção ‘gramsciana’ e ‘basagliana’, à produção de vida em suas intervenções profissionais.

As indagações iam na direção de se saber como atuavam os terapeutas ocupacionais. Como faziam a terapia ocupacional que se viabilizava nos anos 1990? Como o terapeuta ocupacional poderia, considerando-se a formação que vinha recebendo, responder às necessidades dos usuários dos diferentes serviços criados na assistência pública? Foi essa uma importante motivação de minha pesquisa de doutorado. De que forma se articulava, no caso da terapia ocupacional, as categorias cidadania, direitos, e políticas públicas? Buscando produzir respostas, estudei concretamente a experiência do município de São Paulo entre 1989 e 1996.<sup>35</sup>

---

33 Vieira (2001).

34 Galheigo (1997), Lopes (1999).

35 Lopes (1999).

No meu estudo particular, em um plano mais geral, a experiência na Prefeitura de São Paulo revelou, de forma muito dura e direta, a magnitude e a complexidade das tarefas envolvidas na luta pela cidadania da maioria da população, da qual a implantação e a consolidação de políticas no campo da saúde mental e da pessoa com deficiência era um pequeno fragmento. Ficou evidente o enorme esforço necessário à implementação de quaisquer projetos nesse sentido.

A questão dos recursos humanos teve importância vital em todo o processo, pois são eles que têm o poder (ou não) de converter as inovações sociopolíticas, teoricamente propostas por governantes, em práticas, em melhorias reais a serem disponibilizadas para a população. Com relação especificamente aos terapeutas ocupacionais, houve uma identificação genuína entre aqueles técnicos e os projetos em andamento, houve um esforço conjunto e espontâneo no sentido de implementá-los, visando oferecer-se à população serviços e alternativas nos quais se acreditava.<sup>36</sup>

## **A terapia ocupacional social: um campo complexo e de fronteiras**

No final dos anos 1990 enfrentávamos a avalanche neoliberal no Brasil – avalanche que ainda sufoca nossas esperanças. A crescente vulnerabilidade de grupos e indivíduos em um universo de Estado mínimo, privatizante e de ações focais e seletivas, em uma sociedade que banalizou a palavra cidadania, onde a democracia parece restrita aos preceitos burgueses, de exercício cíclico do voto, e, fundamentalmente, com intensas transformações no mundo do trabalho, que têm levado ao acirramento da exploração do trabalho e à degradação dos sistemas de proteção associados, traz uma nova configuração da velha questão social.<sup>37</sup> Esse processo de transformação das regras sociais tem ocasionado o aparecimento de sujeitos considerados “inválidos conjunturais”<sup>38</sup> ou “sobrantes”,<sup>39</sup> que desenvolvem “déficits de integração” (no trabalho, moradia, educação, cultura) e sofrem desqualificação, invalidação social e dissolução de vínculos, até ameaças de exclusão com tratamento discriminatório explícitos.

Foi nesse contexto que formamos, em 1998, o Projeto Metuía,<sup>40</sup> parte do que denominamos, Denise Barros, Sandra Galheigo e eu, ressurgimento da questão social para os terapeutas ocupacionais.<sup>41</sup>

No texto “Terapia ocupacional social”, que escrevi em parceria com as colegas Denise Barros e Maria Isabel Ghirardi, identificamos, do ponto de vista sociológico, dois grupos-alvos da ação do discurso disciplinador tanto médico (em senso

36 Id. *ibid.*

37 Castel (1999), Donzelot (1984).

38 Donzelot (1986).

39 Castel (1997).

40 *Metuía* é uma palavra da língua nativa indígena brasileira, da tribo dos Bororós, e que significa amigo, companheiro.

41 Barros, Lopes e Galheigo (2002).

amplo) como jurídico e que se constituem como população a ser assistida pela terapia ocupacional social:

- I. Aqueles que sofrem processos de exclusão social que justificam sua institucionalização, para sua recuperação, educação e/ou repressão. Envolvendo entre outros: a) os que povoaram e continuam povoando os espaços fechados e isolados da comunidade como hospitais psiquiátricos, ditas comunidades terapêuticas, asilos e instituições para pessoas com deficiência, prisões; b) a infância e a juventude pobre; c) idosos asilados e destituídos de direitos.
- II. Grupos que, devido às transformações sociais, estão expostos diretamente à precarização do trabalho, à vulnerabilidade relacional e, portanto, a ficarem nas margens e à ruptura das redes sociais. Para estes, o déficit de integração está vinculado à degradação do mundo do trabalho e suas consequências na qualidade da vida: moradia, educação, sociabilidade, cultura, levando a processos de desfiliação.<sup>42</sup>

A constituição do campo social em terapia ocupacional como uma de suas subáreas, no final da década de 1990, apresenta como ponto de destaque o desenlace da terapia ocupacional da área da saúde e, assim, da mediação necessária entre saúde e doença. Os processos em torno da participação social no país criaram um ambiente que propiciou a identificação de problemáticas sociais graves e envolveu amplos setores da sociedade e de profissionais na busca de soluções. Os terapeutas ocupacionais não ficaram fora desses processos.

“A terapia ocupacional espelha o que seus profissionais pensam e produzem”<sup>43</sup> e a forma como se posicionam politicamente frente às demandas sociais que a eles se colocam. “Seus métodos estão condicionados a determinadas problemáticas que são percebidas e incorporadas como pertinentes e, para essas áreas de problemas, [articulam-se possíveis] soluções”.<sup>44</sup> A desigualdade e a pobreza são problemáticas relevantes no bojo da questão social brasileira, como em inúmeros outros países, adquirindo configurações que requerem uma revisão das profissões e das pertinências do papel profissional.

Desde [meados] da década de 1980, a cidadania foi se colocando como princípio orientador da ação de terapeutas ocupacionais. Inicialmente, uma luta política por meio da participação ativa em diversos movimentos sociais [...]. Depois, a cidadania torna-se parâmetro de uma nova forma de agir profissionalmente, transformando-se em eixo articulador da

42 Barros, Ghirardi e Lopes (2002).

43 Barros (2004, p. 92).

44 Id. *ibid.*, p. 92.

ação do terapeuta ocupacional. A intervenção individual e a intervenção coletiva são, desde então, percebidas como inseridas em seus contextos e como parte de processos históricos de produção de significados e de negociação cultural.<sup>45</sup>

Assim,

sem perder de vista que a luta contra a exclusão implica na luta contra a desregulamentação do trabalho e pela distribuição da riqueza, sem negligenciar o fato de que as ações precisam estar inseridas num processo político consciente; acreditamos que por sua história, pelo acúmulo de discussões construídas na crítica às instituições de segregação e, sobretudo, pelo conhecimento da mediação da atividade, a terapia ocupacional pode contribuir em campos de intervenção que têm permanecido distantes de suas preocupações.<sup>46</sup>

Diríamos, construindo a terapia ocupacional social. Esta se reformula a partir da aceitação deste desafio de buscar criar nexos entre aquilo que o processo social traz como demanda e o acúmulo produzido na terapia ocupacional acerca do conceito e das implicações das atividades como mediação.

Importa mencionar ainda dois elementos fundamentais que emprestamos de Paulo Freire para desenhar a terapia ocupacional social: a conscientização e o diálogo; a conscientização significa a passagem da imersão na realidade para um distanciamento desta realidade, ultrapassa o nível da tomada de consciência pelo desvelamento das razões de ser de uma dada situação seguida por uma ação transformadora desta realidade que se projeta.<sup>47</sup> Paulo Freire, como Basaglia e Ongaro-Basaglia,<sup>48</sup> não dissocia ação técnica da ação política, ou, na formulação gramsciana, o intelectual é o técnico + político.<sup>49</sup>

Tomando esses pressupostos, vimos desde 1999 desenvolvendo diversos projetos de intervenção, trabalhando em parceria com organizações governamentais e não governamentais, de caráter público, que atuam pela universalização de direitos de cidadania e pelo fortalecimento e/ou criação das redes sociais de suporte a populações que enfrentam processos de desfiliação. Temos, também, buscado formar terapeutas ocupacionais para atuar no território, em espaços comunitários e em instituições sociais, capacitando-os para, a partir da demanda da população,

---

45 Barros, Lopes e Galheigo (2007, p. 352).

46 Barros, Ghirardi e Lopes (2002, p. 101).

47 Barros (2004).

48 Freire (1978, 1979), Basaglia e Ongaro-Basaglia (1977).

49 Gramsci (2002).



contribuir para o equacionamento de suas necessidades e para uma escuta e uma intervenção que se construa com o 'outro' em seu contexto e história.<sup>50</sup>

Hoje já temos outra geração de terapeutas ocupacionais desenvolvendo suas práticas profissionais e seus caminhos de pesquisa e de produção de conhecimento, debruçando-se sobre como trabalhar num campo complexo e de fronteiras – o das crianças, dos adolescentes e dos jovens que não têm os meios para a sua realização enquanto sujeitos, que são objeto de violências; o dos adultos em situação de rua; ainda, em como aproveitar os projetos/programas focais de ocasião, como vários atualmente, e instrumentalizá-los para a luta por direitos.

São distintas demandas que implicam a construção de conhecimentos e de procedimentos metodológicos próprios. A experiência acumulada pelo Núcleo UFSCar do Projeto Metuia<sup>51</sup> (METUIA/UFSCar) tem produzido tecnologias sociais que têm sido capazes de fomentar novas possibilidades de atuação, integrando e articulando ações de abrangência macro e microsocial. Nessa perspectiva, destacamos: 1) a *Articulação de recursos no campo social*, compreendida como estratégia de intervenção que se tece envolvendo as ações focalizadas em determinados indivíduos, grupos, coletivos, comunidades, até aquelas do nível da sociedade civil, da ação política e da gestão; 2) a *Dinamização da rede de atenção* a determinados grupos populacionais e/ou comunidades e sua interação com os diferentes setores e níveis de intervenção; 3) as *Oficinas de atividades, dinâmicas e projetos*, lançando mão do potencial formador e transformador da atividade, já que a dimensão sociopolítica e cultural dos diferentes fazeres permeia os cotidianos, favorecendo a autovalorização de sujeitos e possibilitando a produção de vida com sentidos, com vistas à emancipação pessoal e social; 4) os *Acompanhamentos singulares e territoriais*, que, partindo da escuta atenta acerca das necessidades das pessoas e dos grupos, buscam o equacionamento de questões essenciais em suas vidas, muitas vezes determinadas pela desigualdade social, pela falta de acesso a serviços e bens sociais.<sup>52</sup>

Essas experiências visam, portanto, aglutinar materiais que se traduzam em produção de conhecimento sobre essa realidade e em parâmetros acerca das possibilidades de intervenção, bem como para a formação profissional com base numa atuação direcionada para a dimensão territorial, para o desenvolvimento da convivência, para a superação da abordagem calcada na dimensão clínica/individual, respeitando, todavia, as singularidades dos sujeitos, tendo como pressupostos os princípios concernentes à busca do exercício radical da democracia e dos direitos e deveres decorrentes da cidadania.

No Brasil contemporâneo, a busca de uma cidadania ampliada é um processo do qual não é possível se esquivar, embora inúmeros obstáculos tenham de ser ainda enfrentados. O Brasil, apesar dos mais de 30 anos da Constituição Cidadã, ainda não conseguiu dar conta do resgate da dívida social a que se propunha. Ao contrário, o

50 Barros, Lopes e Galheigo (2002), Lopes *et al.* (2010, 2012).

51 Atualmente denominado "Rede Metuia – Terapia Ocupacional Social".

52 Lopes *et al.* (2011).

projeto conservador em vigor ameaça reverter ganhos importantes, principalmente no que se refere à universalidade e à abrangência dos direitos sociais. Infelizmente, essa direção de restrição de direitos e, portanto, da cidadania tem se manifestado em muitos outros países, sublinhando a importância e atualidade dessa luta.

De volta aos momentos iniciais desta apresentação, o tema aqui tratado, levou-me à reflexão de como se articulam, na realidade social, necessidades e ações profissionais; em como, de um lado, sistematizar conhecimento específico e, de outro, a resolução de problemas de indivíduos e/ou grupos populacionais concretos; em como integrar o saber disciplinar e, dentro dele, conceitos, metodologias e técnicas da terapia ocupacional com intervenções que se dão num campo de produção de saberes complexos.

Se a especificidade da terapia ocupacional está na busca de possibilitar/fomentar aos sujeitos maior autonomia, participação e inserção social, como atuar profissionalmente sem avançar do seu núcleo de saber próprio para um campo interdisciplinar, intersetorial e interprofissional?

Para mim, articulando técnica e politicamente cidadania, universalização de direitos, políticas sociais, radicalização da democracia; poder público; movimentos e participação sociais; trabalho; educação, saúde, justiça; moradia; arte; cultura; lazer. Dito de outra forma: estando e agindo no campo social.

Foi assim que adentramos, eu e a terapia ocupacional com a qual dialogo, no século XXI.

## Referências

- AMARANTE, P. *Loucos pela vida: trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: SDE/ENSP; Fiocruz, 1995.
- BARROS, D. D. Terapia ocupacional social: o caminho se faz ao caminhar. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 15, n. 3, p. 90-97, 2004.
- BARROS, D. D.; GHIRARDI, M. I. G.; LOPES, R. E. Terapia ocupacional social. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 13, n. 2, p. 95-103, 2002.
- BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Projeto Metuia – terapia ocupacional no campo social. *O Mundo da Saúde*, v. 26, n. 3, p. 365-369, 2002.
- BARROS, D. D.; LOPES, R. E.; GALHEIGO, S. M. Terapia ocupacional social: concepções e perspectivas. In: CAVALCANTE, A.; GALVÃO, C. (org.). *Terapia ocupacional: fundamentação & prática*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. p. 347-353.
- BASAGLIA, F. *Psiquiatria alternativa: contra o pessimismo da razão o otimismo da prática*. Conferências no Brasil. São Paulo: Brasil Debates, 1979.
- BASAGLIA, F.; ONGARO-BASAGLIA, F. *Los crimines de la paz: investigación sobre los intelectuales y los técnicos como servidores de la opresión*. Madri: Siglo XXI, 1977.

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.
- CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M. C. (org.). *Desigualdade e a questão social*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 15-48.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- DONZELOT, J. *L'invention du social: essai sur le déclin des passions politiques*. Paris: Fayard, 1984.
- DONZELOT, J. *A polícia das famílias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- FREIRE, P. *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GALHEIGO, S. M. Da adaptação psicossocial à construção do coletivo: a cidadania enquanto eixo. *Revista de Ciências Médicas da PUCCAMP*, Campinas, v. 6, n. 2/3, p. 105-108, 1997.
- GASPARI, E. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GRAMSCI, A. *Escritos políticos*. Lisboa: Seara Nova, 1977. v. I-IV.
- GRAMSCI, A. *Cartas do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- JANOSKI, T. *Citizenship and civil society: a framework of rights and obligations in liberal, traditional, and social democratic regime*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- KYMLICKA, W. *Ciudadania multicultural: una teoria liberal de los derechos de la minoria*. Barcelona: Paidós, 1996.
- LOPES, R. E. A direção que construímos: algumas reflexões sobre a formação do terapeuta ocupacional. *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, v. 4/7, p. 27-35, 1997.
- LOPES, R. E. *Cidadania, políticas públicas e terapia ocupacional, no contexto das ações de saúde mental e saúde da pessoa portadora de deficiência no Município de São Paulo*. 1999. 539 f. 2 v. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- LOPES, R. E. Terapia ocupacional em São Paulo: um percurso singular e geral. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, v. 12, n. 2, p. 75-88, 2004.
- LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O.; HAHN, M. S. Educação profissional, pesquisa e aprendizagem no território: notas sobre a experiência de formação de terapeutas ocupacionais. *O Mundo da Saúde*, CUSC, v. 34, p. 140-147, 2010.

LOPES, R. E.; MALFITANO, A. P. S.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O.; HAHN, M. S. Occupational therapy professional education and research in the social field. *WFOT Bulletin*, v. 66, p. 52-57, 2012.

LOPES, R. E.; SILVA, C. R.; BORBA, P. L. O.; MALFITANO, A. P. S. Tecnologias para a terapia ocupacional no campo social. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE TERAPIA OCUPACIONAL, 9.; CONGRESSO BRASILEIRO DE TERAPIA OCUPACIONAL, 12., 2011, São Paulo. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*: ATOESP; ABRATO; CLATO, v. 19, p. 1, 2011.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília, DF: ABEPSS, n. 3, p. 41-49, 2001.

OFFE, C. Dominação de classe e sistema político: sobre a seletividade das instituições políticas. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 139-177.

OFFE, C.; LENHARDT, G. Teoria do estado e política social. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 9-53.

OFFE, C.; RONGE, V. Teses sobre a fundamentação do conceito de estado capitalista e sobre a pesquisa política de orientação materialista. In: OFFE, C. *Problemas estruturais do estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. p. 121-137.

OLIVER, F. C. *A atenção à saúde da pessoa portadora de deficiência no sistema de saúde do município de São Paulo: uma questão de cidadania*. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SHAFIR, G. (org.). *The citizenship debate: a reader*. Mineápolis: University of Minnesota Press, 1998.

VIEIRA, L. *Os argonautas da cidadania*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WALZER, M. The civil society argument. In: MOUFFE, C. (org.). *Dimensions of radical democracy: pluralism, citizenship, community*. Londres: Verso, 1992. p. 89-107.